

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

O MOVIMENTO DA COPA E COZINHA: A GREVE DOS TRABALHADORES HOTELEIROS DO RIO DE JANEIRO (1953)

Éverton Adriano da Silva¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

literaturatom@hotmail.com

RESUMO

Pretende-se analisar, neste artigo, a greve dos trabalhadores hoteleiros e similares do Rio de Janeiro, que ocorreu em 1953, por meio do conceito de repertório para examinar as formas organizativas utilizadas. Em meio a um contexto de importantes movimentos, como a greve dos 300 mil em São Paulo e a greve dos Marítimos no Rio de Janeiro, os empregados do setor hoteleiro carioca incorporaram formas de repertórios compartilhadas por esses movimentos. Mesmo se tratando de trabalhadores de setores econômicos distintos, essas duas paralisações tornaram-se exemplos emblemáticos de modos de ação sindical. A análise comparativa dos repertórios permite identificar formas de organização coletiva similares que auxiliaram esses trabalhadores a ultrapassar os limites do sindicalismo corporativista. Além de resgatar a luta por direito, ainda inédita na historiografia do trabalho, de uma vasta camada de categorias profissionais do comércio carioca como camareiras, arrumadeiras, garçons, porteiros, faxineiras e outros.

Palavras-chaves: greves; trabalhadores; sindicalismo

¹ Graduado em História. Esta pesquisa é oriunda do trabalho de conclusão de curso *A copa e cozinha em luta: a greve dos empregados hoteleiros do Rio de Janeiro (1953)*, defendida em 2021, com orientação do professor Paulo Fontes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

No presente artigo, por meio do conceito de repertórios, investiga-se as formas utilizadas de organização da greve dos trabalhadores hoteleiros e similares do Rio de Janeiro, ocorrida no ano de 1953. Influenciada diretamente por greves como a dos 300 mil em São Paulo e a dos Marítimos no Rio de Janeiro, utilizaram-se de repertórios organizativos compartilhados por esses dois importantes movimentos operários da história do sindicalismo brasileiro.

Mesmo se tratando de movimentos de trabalhadores com diferentes funções e locais de atuação, a análise das formas organizativas revela experiências comuns que ultrapassaram os limites do sindicalismo corporativista. As comissões de greves formadas nos principais movimentos grevistas, em 1953, foram modelos que estruturaram os repertórios organizativos compartilhados. A Greve dos 300 mil em São Paulo, com a *Comissão Central de Greve* (LEAL, 2011) e a Greve dos Marítimos ao organizarem a *Comissão de Greve*, no Rio de Janeiro (BARSTED, 1982), influenciaram diretamente os trabalhadores hoteleiros com a criação do *Comando Geral de Greve*. Esse repertório organizativo possibilitou a união de diferentes categorias do comércio hoteleiro e similares e conduziu a ação coletiva durante todo o período de greve.

Os repertórios são um conjunto de ações delimitado historicamente de formas conhecidas e consideradas por grupos e indivíduos disponíveis em certo tempo e espaço. São formas de ação pelas quais as pessoas empreendem juntas para alcançar interesses compartilhados (TILLY, 2006). Segundo Charles Tilly, os repertórios de ação seriam como hábitos, transformando-se em algo óbvio e compartilhado em um determinado contexto. Com isso, os indivíduos e grupos teriam a tendência de utilizarem formas de ação já presentes em seu tempo, podendo estar abertos a inovação apenas eventualmente (PEREIRA; SILVA, 2017, p. 619).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Noticiada como a “greve dos garçons” pelos jornais cariocas, no dia 25 de agosto de 1953, iniciava-se assim uma paralisação que afetaria hotéis, restaurantes e bares da cidade do Rio de Janeiro por quatro dias. Essa greve começou após uma campanha nacional de 8 meses para reverter uma lei que permitia ao patronato o desconto da alimentação de 50% do salário dos trabalhadores. O fracasso das negociações levou à greve, fazendo com que novas lideranças e grupos organizassem comissões paralelas ao sindicato oficial. Por meio de intensa mobilização no intuito de agregar o máximo possível de trabalhadores, de 2 mil sindicalizados antes do movimento, esse número saltou para impressionantes 15 mil sindicalizados. A coesão alçada pela organização foi tão expressiva que os trabalhadores se recusaram a servir o banquete diplomático ao primeiro presidente peruano em visita ao país, levando ao uso desse episódio como uma demonstração de força do movimento grevista.

Esta pesquisa utilizou fontes primárias por meio de jornais como o *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Flan*, *Tribuna da Imprensa*, *Voz operária* e *Imprensa Popular* - além de periódicos como a *Revista Manchete* e *A Noite*. Grande parte das fontes consultadas foram acessadas por meio dos Anais da Biblioteca Nacional, encontrados na Hemeroteca Digital. O artigo foi dividido em três partes fundamentais para melhor compreensão de seu processo: a primeira parte mostra a campanha contra o desconto da alimentação; a segunda parte discorre sobre o preparo para greve; e a terceira parte relata o próprio processo grevista desde o início até o final.

PRIMEIROS PASSOS: A CAMPANHA CONTRA O DESCONTO DA ALIMENTAÇÃO

O ano de 1952 impôs desafios aos trabalhadores hoteleiros do Rio de Janeiro. O alto custo de vida e a desvalorização do salário mínimo os levaram a uma situação cada vez mais precária. Dentro desse contexto, a lei nº 30.342 que permitia ao patronato descontar 50% de alimentação do salário dos empregados em restaurantes, hotéis, bares

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

e afins, foi implementada no dia 24 de dezembro daquele ano². Mediante tal circunstância, os trabalhadores começaram a se organizar.

Com o propósito de derrubar a lei e discutir outras questões, foi organizado o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Hoteleiros. A preparação para congresso foi intensa no sentido de agregar o maior número possível de trabalhadores. Assim, um manifesto foi publicado nos jornais para informar sobre a urgência da situação:

A Comissão Organizadora da Convenção Nacional contra os descontos da alimentação, lança o seguinte manifesto: o aumento dos descontos da alimentação anulou na prática todas as melhorias conquistadas por nossa classe trabalhadora. E mais, somos vítimas do alto custo da vida, do desemprego, da fome, da miséria e da reação patronal que dia a dia nos explora. Companheiros: Concitamos a todos para discutirem nos locais de trabalho e organizarem comissões locais para pôr em prática as resoluções tomadas pela Convenção contra os descontos que reduzem os trabalhadores à fome. (IMPRESA POPULAR n° 1311, 1953, p. 6)

O manifesto não apenas convocava os trabalhadores a se posicionar contra o desconto da alimentação, mas também o relacionava com questões mais amplas como o alto custo da vida, do desemprego, da fome e da exploração. A combinação da luta por salários com a luta contra carestia: “sempre representou o eixo possível da construção de uma aliança entre operários e amplos setores populares – fundamento da configuração de uma possível nova hegemonia” (LEAL, 2011, p. 247).

A comunicação sobre o congresso foi rapidamente espalhada nos postos de trabalho. Faixas e cartazes foram colocados nos estabelecimentos comerciais e distribuídos pelas ruas da cidade. Além disso, assembleias foram realizadas nos sindicatos para escolha de delegações, no intuito de discutir os problemas levantados pelo congresso nos locais de trabalho. Em entrevista para o jornal *Imprensa Popular*, alguns garçons manifestaram apoio a campanha contra o desconto da alimentação e expressaram desejo de voltarem ao sindicato:

²O Ministro de Estado, usando da atribuição que lhe confere o artigo 126 da Consolidação das Leis do Trabalho, resolve substituir a tabela que acompanhou a portaria ministerial n° SCm 318, de 26 de janeiro de 1940, pela tabela anexa, na qual, à vista da que foi expedida com o Decreto n° 30.342, de 24 de dezembro de 1951, na conformidade do seu artigo 1º, é determinado o desconto do peso da alimentação fixado aos trabalhadores em relação ao salário mínimo. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br>. Acessado em: 19 ago. 2020

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Estamos atualmente desorganizados, à mercê dos patrões. Fui sindicalizado muito tempo e sai durante a intervenção no Sindicato. Tornou-se praticamente sem utilidade, pois só fazia vontade do Ministério do Trabalho. Pretendo associar-me de novo. (IMPRESA POPULAR n° 1309, 1953, p. 8)

A campanha contra o desconto da alimentação possibilitava a reaproximação dos trabalhadores nos sindicatos. A volta de Vargas ao poder trouxe uma nova relação entre Estado e sindicato, após o período de intensa perseguição do governo Dutra. Uma mudança central foi a abolição do “atestado de ideologia”, revogado em setembro de 1952. Esse atestado tinha objetivo de impedir comunistas no interior dos sindicatos, no entanto, inviabilizava qualquer trabalhador vindo da base a ocupar cargos de importância na hierarquia sindical (FERREIRA, 2011, p. 87).

Com efeito, na eleição sindical dos trabalhadores hoteleiros em 1952 houve uma intensa rejeição a reeleição do presidente Silveira Manoel da Silva, considerado um interventor do Ministério do Trabalho. Um dos opositores do presidente Silveira relatou haver três correntes conflitantes:

a primeira e a mais importante por ser a mais numerosa, é a “Resistência Hoteleira”, constituída por elementos comunistas. A segunda é a corrente ministerial, dos pelegos impostos pelo Ministério do Trabalho. E a terceira, a da minoria e da oposição, é a democrática. (DIÁRIO CARIOCA n° 7521, 1953, p. 12)

Essa variedade de posições no interior do sindicato hoteleiro descreve o momento político no qual os sindicatos estavam em intensa disputa. Foi no ano de 1952 que o Partido Comunista do Brasil (PCB) voltou a atuar no interior dos sindicatos e nesse mesmo período, o trabalhismo de Vargas buscou também se aproximar dos sindicatos (FERREIRA, 2015, p. 88). Assim, os trabalhadores estavam no centro da disputa política da época.

Mesmo com as divergências, o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Hoteleiros estabeleceu as seguintes propostas:

abolição do desconto de alimentação; o aumento conforme a tabela; 20% de adicional para trabalhadores noturnos; pagamento dos adicionais noturnos atrasados; descanso aos domingos, repouso semanal remunerado; cumprimento de nacionalização do trabalho, “lei dos dois terços”; cumprimento dos horários de trabalho noturno e diurno; feriados e dias santificados; adicional por insalubridade nas cozinhas e frigoríficos; proibição

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

da complementação do salário-mínimo com as gorjetas cobradas pelas empresas, como gorjetas compulsórias ou “serviços” além do preço de venda ou consumação; e formação de comitês no local de trabalho (MANCHETE n° 72, 1953, p. 47).

No entanto, quando as propostas foram apresentadas ao sindicato patronal, elas foram amplamente rejeitadas. A contraproposta oferecida era infinitamente menor e mantinha o desconto de 50% da alimentação. O sindicato patronal ofereceu 10% de reajuste salarial para aqueles que recebiam até CR\$1.200.00 e excluía garçons e funcionários que recebiam gorjeta (DIÁRIO CARIOCA n° 7699, 1953, p. 12). Após essa proposta, houve a primeira ameaça de greve dos trabalhadores.

Os proprietários de estabelecimentos do ramo hoteleiro passaram, no entanto, a tentar persuadir os funcionários a não aderirem à greve, oferecendo pequenas vantagens individuais. Em alguns estabelecimentos, o patronato recorreu à intimidação para impedir a paralisação em massa. A Companhia Brasileira de Novos Hotéis, por exemplo, distribuiu folhetos entre os empregados contendo um alerta de demissão por justa causa para quem se ausentasse do trabalho (DIÁRIO CARIOCA n° 7706, 1953, p. 2).

Em uma nova reunião, na qual se esperava uma nova proposta do patronato, os 10% de reajuste salarial foram mantidos. A justificativa dos empregadores foi o pouco tempo dado para pensarem no caso, mesmo já tendo se passado 8 meses de negociação. Assim, a decisão dos patrões foi instaurar um dissídio coletivo: “para que o caso fosse resolvido dentro da lei e da ordem” (DIÁRIO CARIOCA n° 7710, 1953, p. 2). Porém, os trabalhadores não queriam aceitar uma resolução pela Justiça do Trabalho, assim, quando as negociações fracassaram, ficou estabelecido o dia da greve com uma semana de prazo para o patronato pensar em uma nova proposta.

O PREPARO DA GREVE: A COMISSÃO DE GREVE COMO REPERTÓRIO ORGANIZATIVO

Os sete dias de prazo serviram também para que os trabalhadores organizassem a greve. Para formar tipos de organizações que conduziriam o processo grevista, foi preciso criar, por meio da estrutura sindical oficial ou paralela à mesma, formas de organizações

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

mais abertas a participação e influência de trabalhadores da base. Ao compararmos as greves dos 300 mil em São Paulo e dos Marítimos no Rio de Janeiro, observamos similaridades com a greve dos hoteleiros nas formas organizativas.

Ao contrário do que se acreditou sobre o sindicalismo na era Vargas, os trabalhadores conseguiram se organizar em seus locais de trabalho. Segundo Murilo Leal, os dossiês do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) mostram a existência de comissões formadas para resolver conflitos no dia a dia do trabalho. Embora se tratando de organizações pouco formalizadas, essas formas organizativas eram eventualmente retomadas em momentos de mobilização. Em período de campanhas salariais e de greves, por exemplo, surgiam as comissões de fábrica que duravam apenas o período da mobilização (LEAL, 2009, p. 234).

Na greve dos 300 mil, em São Paulo, foram formadas dentre as várias categorias como têxteis, metalúrgicos, gráficos, vidreiros, marceneiros e outros, comissões centrais de greve, articuladas pelos trabalhadores mais combativos e representativos. Essas comissões foram responsáveis por constituírem o Comitê Intersindical de Greve, organização que se tornaria a Comissão Intersindical do Estado de São Paulo (Cisesp) (LEAL, 2009, p. 235). Segundo Leal, em um comunicado do DOPS sobre os têxteis, as comissões de greve administravam departamentos como assistência médica, social e piquetes:

(...) é bastante clara e intensa a participação dos operários “de base” no movimento, dando vida a uma rede de comissões, capaz de envolver a Diretoria dos sindicatos, articular a coesão operária e a solidariedade popular, transmitir informações, promover propaganda e neutralizar propaganda do outro lado, estabelecer alianças e compromissos. (LEAL, 2011, p. 240)

O mesmo processo pode ser observado na greve dos Marítimos, no Rio de Janeiro. Segundo Dennis Linhares Barsted, os operários navais e de outras categorias recorreram “à experiência da Greve dos 300 mil, em São Paulo, a qual, foi devidamente assimilada pela liderança das facções renovadoras que faziam oposição às diretorias sindicais nos seus respectivos sindicatos (...)” (BARSTED, 1982, p. 67). Em assembleia, os operários navais criaram a Comissão de Greve dos Operários Navais e os oficiais de náutica organizaram a Comissão de Greve, assim como os marinheiros e os taifeiros. Para buscar

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

unificação entre as várias comissões, foi criado o Pacto de Ação Comum, levando finalmente à formação da Comissão Geral da Greve:

Esse novo núcleo de poder concentrado não tinha guarida institucional. Era uma instituição de fato, legitimada pelas suas bases, as Comissões de Greve e as respectivas assembleias sindicais. O controle exercido sobre a ação dos marítimos e o apoio recebido dos mesmos tornou o Comando Geral da Greve no centro articulador da deflagração da greve. (BARSTED, 1982, p. 79)

As comissões de greve dentro dos locais de trabalho permitiram a criação de um núcleo de poder formal reconhecido pelo Estado, o sindicato, e um núcleo de poder de fato, legitimado pela classe (BARSTED, 1982, p. 69). Foi por meio desse tipo de organização que os trabalhadores encontraram formas de se esquivar da disciplina patronal e do controle do Ministério do Trabalho.

Com isso, os trabalhadores hoteleiros, seguindo os exemplos desses grandes movimentos operários, criaram o Comando Geral de Greve. Dividido em cinco departamentos: uma secretaria do comando, duas subcomissões de greve, sessenta subcomissões locais, uma comissão de ocorrências e outra de sindicalização. As diretrizes, que os trabalhadores deviam seguir, eram formuladas por essas instâncias administrativas, sem haver a necessidade de passar pela hierarquia oficial do sindicato (MANCHETE n° 72, 1953, p. 47).

Para a transmissão das informações decididas pelo Comando Geral de Greve, foram credenciados 300 delegados sindicais nos postos de trabalho. A função desses delegados era estabelecer um contato direto e constante entre trabalhadores e o movimento grevista. Tal processo era realizado por meio de distribuição de folhetos, comissões informativas e organização de piquetes (VOZ OPERÁRIA n° 225, 1953, p. 5). Murilo Leal ao trazer a fala de José Albertino Rodrigues em seu texto, nos relewa que antes do golpe de 1964 “o delegado de empresa tende a constituir a espinha dorsal do movimento sindical” (LEAL, 2009, p. 236).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

O Comando Geral de Greve também foi responsável por garantir aos trabalhadores a subsistência alimentar durante a paralisação. Foi preparado, nos fundos do sindicato, uma cozinha na qual foram fornecidos alimentos tanto para os sindicalizados quanto para aqueles que ainda não eram. Essa estrutura garantiria mais do que a subsistência dos trabalhadores no decorrer da greve, pois também possibilitou outra forma de aproximação dos não-sindicalizados com o movimento grevista. Com efeito, dos 2 mil registrados no sindicato hoteleiro antes da greve, ao final desse processo, o número saltou para 15 mil (MANCHETE n° 72, 1953, p. 46).



Fonte: MANCHETE n°72, 1953, p. 47.

Outra forma de organização no local de trabalho foram as células do PCB. Estima-se que o partido era responsável por cerca de 500 comissões de fábrica em 1953, uma de suas funções era a produção de pequenos jornais como *A Seda*, *Jornal de luta dos trabalhadores da Tecelagem Brasileira de Seda ou O Tear* e o *Jornal de luta dos trabalhadores da fábrica Mariângela* (LEAL, 2009, p. 235). Os marítimos também tiveram o próprio jornal, o “Orla Marítima”, e os trabalhadores hoteleiros e similares do Rio de Janeiro tinham o jornal “Resistência hoteleira”.

Os piquetes de greve foram outra forma organizativa muito importante dos movimentos grevistas. Embora as interpretações de 1960 e 1970 tenham consagrado a ideia de um piquete feito por ativistas contrários aos operários não sindicalizados, as interpretações recentes vem questionando essa noção (LEAL, 2009, p. 237). Paulo Fontes e Francisco Macedo, ao estudarem o sindicalismo brasileiro entre 1958 a 1960, identificam os piquetes como uma importante tática de ação articulada por lideranças sindicais em conjunto com redes de apoio popular nos bairros operários. Instrumentos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

eficientes de comunicação e organização, os piquetes fomentaram a coesão dos movimentos, abrindo espaço para o engajamento em massivas mobilizações coletivas (FONTES; MACEDO, 2017).

No contexto estudado, a formação de comissões de greve independentes e o uso de piquetes como meio de ação, podem ser notados tanto na greve dos 300 mil quanto na dos Marítimos, assim como na greve dos trabalhadores hoteleiros aqui analisada. Esse repertório só foi possível ser compartilhado porque era um conjunto historicamente limitado de formas reconhecíveis em um determinado contexto (TILLY, 2006):

O repertório de organização tanto reflete como ajuda a dar forma aos padrões de organização social. Assim como qualquer indivíduo ou grupo o adquire, um repertório é em grande medida constituído pela experiência e pela percepção das formas existentes de organização social. (CLEMENS, 2010, p. 182)

REPERTÓRIOS DE AÇÃO: O DIA DA GREVE

Como dito anteriormente, os jornais noticiaram o movimento grevista dos trabalhadores hoteleiros, na cidade do Rio de Janeiro, como a “greve dos garçons”. Na madrugada do dia 25 de agosto de 1953, iniciava assim um movimento que duraria quatro dias seguidos. A paralisação impactou o funcionamento de bares, hotéis, restaurantes, cafés e similares, no centro da cidade, sobretudo, na zona sul. O Jornal *Correio da Manhã* descreveu, de forma um tanto literária, o estado do bairro de Copacabana no primeiro dia de paralisação:

Quem passasse ontem, à tarde, pela avenida Atlântica ficaria um tanto entristecido. Bares fechados ou funcionando com dois ou três garçons improvisados. Não se viam aquelas mocinhas de calças compridas sentadas nas cadeiras de vime e tomando algum aperitivo mais enérgico. Nem os rapazes de óculos escuros com um tubinho na boca e dentro de um copo, ou um bom copo cheio de whisky. Nada disso. Os bares estavam abandonados. Os gerentes tristes. Lamentavam os proprietários a ausência dos seus empregados. E a freguesia estaria dentro dos apartamentos, nos seus bares próprios, ouvindo músicas, talvez preocupada com a economia forçada por um dia de greve. Copacabana estava quase desconhecida. Não se via muita movimentação nos hotéis. E nos apartamentos desses estabelecimentos os hóspedes costumavam se interrogar a si mesmos: - Onde é que vamos comer? (CORREIO DA MANHÃ n° 18534, 1953, p. 3)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

“As mocinhas de calças compridas” e os “rapazes de óculos escuros” são descrições de um estilo de vida baseado no consumo da ascendente classe média atraída pelo sonho de “viver à beira mar”, vendido pela especulação imobiliária (ABREU, 1987, p. 112). Novos espaços de comercialização de produtos e serviços foram criados para atender esse estilo de vida praiano, surgindo assim novos hábitos como o de “comer fora” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 567). Com efeito, o crescimento dos bairros da zona sul possibilitou a transformação desse espaço urbano em um importante mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços (ABREU, 1987, p. 96).

Nesse sentido, Copacabana era o bairro de maior crescimento, transformando-se cada vez mais em uma “cidade dentro da cidade” (ABREU, 1987, p. 112). Somente nesse bairro o crescimento populacional foi de 42% entre a década de 1940 a 1950, passando de 129.249 habitantes para 183.846 (O’DONNELL, 2019, p. 127). Os moradores da zona sul não precisavam mais se deslocar até o centro da cidade para ter acesso a maioria dos serviços, somente as repartições públicas não estavam disponíveis para essa região.

Os grandes hotéis e restaurantes estavam localizados na zona sul, principalmente em Copacabana, por isso, o foco estratégico da paralisação quanto ao seu impacto foi maior nessa região. Somente no primeiro dia foi registrado 80% de ausência dos trabalhadores nos grandes hotéis, restaurantes e churrascarias; 50% de faltas nos estabelecimentos médios e 30% nos pequenos (CORREIO DA MANHÃ n° 18534, 1953, p. 3).

Se por um lado os estabelecimentos estavam vazios, por outro as ruas estavam sendo ocupadas por passeatas, manifestações e piquetes. Ocorreram 49 piquetes no primeiro dia; no segundo esse número saltou para 73; seguido por 168 no terceiro dia; e por fim, no último dia, houve uma grande passeata pelo centro da cidade (VOZ OPERÁRIA n° 225, 1953, p. 5). Segundo Murilo Leal, “esse método de luta permitia a ocupação do espaço público, no qual a presença dos trabalhadores era considerada indesejável, e a transformação dos conflitos vividos nas relações de trabalho em questões gerais (...)” (2011, p. 241).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

Os jornais informaram haver 60 mil empregados em estabelecimentos de alojamento e alimentação na cidade do Rio de Janeiro, em 1953 (CORREIO DA MANHÃ n° 18534, 1953, p. 3). Desse total, havia vários tipos de categorias profissionais como arrumadeiras, camareiras, faxineiras, porteiros, cabineiros, cozinheiros, copeiros, mensageiros, arrumadores e outros. No entanto, essa variedade de profissionais passou, em grande medida, despercebida sob a cobertura da imprensa ao darem maior atenção aos garçons como protagonistas do movimento.

Essa maior atenção dada pela imprensa aos garçons, levou ao apagamento de categorias profissionais, e, conseqüentemente, de seu gênero. Contudo, é possível encontrar passagens nos jornais que mostram o papel importante de outras profissões fortemente delimitado pelo gênero feminino:

Algumas com o telefone tentavam arregimentar as suas amigas indecisas. Outras trabalhavam em vários setores no Sindicato e preparavam alimentos para os companheiros que discursavam nas assembleias. Faziam apelos pro- unidade de todas as classes (FLAN n° 21, 1953, p. 58).

Contudo, a participação feminina foi além de influenciar pessoas e organizar o preparo de alimentos, pois houve um engajamento bastante visível das mulheres nas manifestações de rua. Em um piquete, por exemplo, foi registrada a prisão de seis moças que mesmo após libertadas voltaram imediatamente para os piquetes em bares e cafés na Lapa e na Cinelândia (VOZ OPERÁRIA n° 225, 1953, p. 5).



FONTE: A Noite, 1953, p. 44.

Devido à grande mobilização que os piquetes ocasionaram, às vezes, acabaram em atos violentos: “Elementos mais exaltados penetraram no ‘Café e Bar Rochinha’ situado no n° 256 daquela via pública e, sem mais nem menos, passaram a depredar o estabelecimento e agredir o proprietário (...)” (DIÁRIO DA NOITE n° 5562, 1953, p. 5).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

Com efeito, desde as primeiras horas de greve os patrões solicitaram reforços policiais para conter os trabalhadores. O inspetor Soares, do DOPS, organizou equipes de vigilância em frente aos estabelecimentos. Em nota a chefia da polícia declarou:

Em vista de explorações que elementos sem credenciais estão fazendo em torno da greve dos empregados no Comércio Hoteleiro e Similares, a Polícia sente-se no dever de declarar que medidas foram tomadas para garantir os que desejam trabalhar. A ação se fará sentir sobre todo aquele que tentar impedir o acesso de trabalhadores ao local de trabalho ou lhes perturbar o serviço (O GLOBO n° 8376, 1953, p. 6).

Muitos foram detidos e levados para delegacias, outros ficaram feridos e levados para o posto médico instalado no sindicato. Inconformado com o grau de violência, o presidente do sindicato teve uma conversa com o general do exército Moraes Âncora, na qual pediu moderação. O presidente do sindicato ainda procurou a prefeitura para denunciar os atos violentos das forças policiais contra os grevistas (O GLOBO n° 8376, 1953, p. 6).

Um episódio bastante emblemático foi a prisão de vários trabalhadores publicada no jornal *Imprensa Popular*. A reportagem acompanhou um piquete numeroso desde sua saída do sindicato até seu destino na Avenida Mem de Sá. Dos 40 integrantes que formavam o piquete, 30 foram detidos e presos. Uma multidão de trabalhadores foi em frente à delegacia protestar em solidariedade contra as prisões e exigir a liberdade de todos (IMPRESA POPULAR, 27/08/1953, p. 12).

No segundo dia de greve, principalmente nos grandes hotéis, a paralisação se intensificou. No Copacabana Palace, dos seus 900 funcionários, apenas 60 compareceram ao serviço. No Lux Hotel, a paralisação foi total e o Hotel Serrador registrou 22 trabalhadores presentes, dentre os seus 198 funcionários. Sobre bares e restaurantes, foram registrados muitos locais fechados: Bar Luiz, Restaurante Rosas, Restaurante Rex, Restaurante do Hotel Novo Mundo, Bar Tropical, Restaurante Grande Hotel São Francisco e Bar Tupi (DIÁRIO CARIOCA n° 7711, 1953, p. 12).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

A greve coincidiu com a visita do presidente do Peru, Manuel Arturo Odría Amoretti. Mesmo após um acordo entre o governo e os líderes sindicais, que garantiram a presença de empregados para servir o chefe do executivo peruano, no dia do baquete, os trabalhadores se recusaram a recepcioná-lo (DIÁRIO CARIOCA n° 7711, 1953, p. 12). Esse episódio foi usado como uma demonstração de forças do movimento grevista.



FONTE: MANCHETE n°72, 1953, p. 49.

Segundo a Revista Manchete, era a primeira vez que um presidente peruano em viagem oficial visitava o Brasil (MANCHETE n° 72, 1953, p. 48). Em termos gerais, seu objetivo era fixar acordos de natureza econômica, também havia o interesse em explorar as regiões amazônicas brasileiras e peruanas. No entanto, os jornais também apontavam para uma suposta formação de um bloco político entre os dois países, no intuito de combater a influência chilena e argentina na América Latina (MANCHETE n° 72, 1953, p. 49).

A recusa dos trabalhadores hoteleiros em servir o presidente peruano em sua estadia na cidade do Rio de Janeiro, causou um constrangimento diplomático. Em reportagem para *O Globo*, o diplomata Sr. Castello Branco falou sobre essa situação:

Até ontem à noite, a promessa que tínhamos era de que os garçons serviriam o banquete em homenagem ao presidente do Peru, no Itamaraty - declarou, esta manhã a *O GLOBO*, o chefe do cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Castello Branco. O diplomata mostrou-se surpreso, ao ser informado de que na assembleia de ontem daqueles trabalhadores, foi decidido que os mesmos não executariam os serviços do banquete ao general Odría. Indagado sobre qual a medida a ser tomada, nessa eventualidade respondeu o Sr. Castello Branco: - Não sei, isso seria um transtorno. Precisamos dar um jeito (*O GLOBO* n° 8376, 1953, p. 6).

A decisão por não servir o presidente do Peru foi unânime entre os trabalhadores. Desde as alas mais favoráveis ao governo até as mais radicais apoiaram essa medida. O presidente “pelego”, Silveira Manoel da Silva, foi extremamente enfático quando

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

perguntado se os empregados iam ou não servir o convidado ilustre: “não, pelo simples fato de que nenhum garçom comparecerá para prestar serviço. Não abriremos exceções” (O GLOBO n° 8376, 1953, p. 6).

Contudo, o ramo da hotelaria estava ligado diretamente ao setor de turismo que no Estado Novo tornou-se um interesse de governo (FILHO, 2015, p. 4). Por meio desse empreendimento buscou-se, sobretudo, construir uma imagem positiva de Vargas e de seu governo:

(...) o turismo surge assentado em interesses políticos e ideológicos do Estado getulista, isto é, constitui-se também em um instrumento preocupado em garantir a uniformidade, o monopólio e o tom permissível das mensagens produzidas pelos veículos de informação, tanto a nível nacional como internacional (FILHO, 2015, p. 7).

Era preciso manter a boa imagem do governo e de Vargas. Porém, os trabalhadores hoteleiros ao se recusarem a servir um chefe de estado tomavam o controle das mensagens produzidas e veiculadas sobre a greve, e passaram a falar por meio de seus próprios termos e objetivos.

Por isso, de modo emergencial, foi solicitado o treinamento de um dia apenas para os trabalhadores da Marinha Brasileira servirem o banquete. Foram contratados 26 cozinheiros e 166 taifeiros a disposição do Itamaraty e mais 70 empregados no Palácio das Laranjeiras dos demais serviços de hospedagem e alimentação. Assim, os trabalhadores hoteleiros foram substituídos pelos marinheiros que serviram o banquete apenas no segundo dia de estadia do presidente peruano (DIÁRIO CARIOCA n° 7711, 1953, p. 12).

Além disso, no dia em que o banquete foi finalmente servido, o novo ministro do trabalho, João Goulart, sem avisar antecipadamente, compareceu em pessoa ao sindicato hoteleiro. Em seu discurso trouxe uma fala de apoio a greve. Jango afirmou que preferia estar com os trabalhadores em seu sindicato do que no banquete especial servido ao presidente do Peru: “prefiro encontrar-me aqui entre ‘garçons’ do que encontrar-me lá, disse o ministro” (DIÁRIO CARIOCA n° 7712, 1953, p. 1).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

Com a saída de Segadas Vianna do Ministério do Trabalho, o governo passou a se aproximar dos sindicatos e partidos de esquerda (MONTALVÃO; FERRAZ, 2020, p. 3). A chegada de João Goulart ao ministério representou essa nova relação entre Estado e trabalhadores:

Na gestão de Goulart no Ministério do Trabalho, as escolhas dos líderes e dirigentes sindicais foram no sentido de mobilizar as bases, intensificar o ritmo das reivindicações, lutar por maior autonomia, e também estreitar as relações com o Estado através dos órgãos da Previdência Social e das Delegacias Regionais do Trabalho, incluindo, nessa última opção, as práticas do clientelismo, fisiologismo e empreguismo. (FERREIRA, 2015, p. 92)

Porém, a visita de Jango ao sindicato serviu como um episódio usado pela oposição para criticar o governo. A imprensa iniciou uma campanha de ataques, acusando o novo ministro de estar a serviço do governo para promover a luta de classes no país (FERREIRA, 2015, p. 109).

Ademais, de uma forma indireta, houve apoio de artistas famosos a greve. Em uma das boates mais conhecidas e badaladas da noite carioca, a “Casablanca”, os próprios artistas da noite se voluntariaram para fazer o trabalho dos funcionários grevistas. O cantor de rádio de grande fama, Sílvio Caldas, desceu até a cozinha e junto de outros grandes artistas populares, como o Grande Otelo, prepararam a refeição da noite (A NOITE n° 1280, 1953, p. 44).

A mesma cena se repetiu na boate “Night-Clubes”, onde as artistas do teatro e rádio Mary Gonçalves, Jurema Sâmio, Nilza Leoni e Dora Montel formaram juntas a equipe de copa e cozinha da badalada casa de show (A NOITE n° 1280, 1953, p. 44). Se por um lado os artistas “furaram a greve”, substituindo os grevistas em seu serviço, por outro, sua fama chamou a atenção da opinião pública para greve, seja intencionalmente ou não.

Por fim, no terceiro dia de paralisação, o caso foi levado para Justiça do Trabalho. Assim foi acordado o reajuste de 30% para todas as categorias de trabalhadores hoteleiros e similares, além de retirar o desconto de 50% da alimentação (DIÁRIO CARIOCA n°7711, 1953, p. 12). Em relação às demais demandas, o patronato alegava que elas já

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

estavam previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, mesmo que na prática não fossem cumpridas.

Porém, em alguns estabelecimentos a paralisação continuava. Nesse mesmo dia, o Copacabana Palace registrou a maior ausência de funcionários durante toda a greve, pois apenas 6 empregados compareceram. No entanto, mesmo os funcionários que aos poucos retornavam aos locais de trabalho se recusavam a realizar suas funções enquanto a nova proposta não fosse aplicada. Por isso, não houve preparo de refeições e nem arrumação dos quartos dos hóspedes (DIÁRIO CARIOCA n° 7711, 1953, p. 12).

Esse cenário é surpreendente quando observamos as rígidas regras para trabalhar nos hotéis de luxo:

O código de Empregados da Companhia de Hotéis Palace, elaborado por Otávio logo após a inauguração do Copacabana Palace, tornou-se um símbolo de sua época e permanece em vigor até hoje. Entre outras coisas, condena "a impertinência no olhar, atitudes, palavras e gestos, a inatividade nas horas mais necessárias ao serviço, a indiscrição, a curiosidade, o interesse excessivo visando simplesmente ao proveito monetário, a vaidade, a negligência na indumentária e no asseio pessoal". (BOECHAT, 1998, p. 24)

A mesma situação foi observada em hotéis como Regente, Glória, Milamar e Castro Alves. Os restaurantes como Novo Mundo, também seguiram a tendência dos hotéis ao paralisar os serviços completamente (DIÁRIO CARIOCA n° 7711, 1953, p. 12).

O final da greve só se concretizou após assembleia no Tribunal Regional do Trabalho. O julgamento do caso teve duração de cinco horas e foi assistido pelo sr. Gilberto Crockatt de Sá, presidente da Comissão de Dissídios, e Antônio Gurgel Valente, representante do Ministério do Trabalho. Do lado de fora uma massa de empregados hoteleiros esperavam o resultado. Os 30% foram confirmados e os 50% retirados da alimentação foi abolido, mas as outras reivindicações foram ignoradas (DIÁRIO CARIOCA n° 7712, 1953, p. 12).

A multidão, que se reuniu na frente do Tribunal Regional do Trabalho ao final da assembleia, caminhou pelas ruas em passeata (DIÁRIO CARIOCA n° 7712, 1953, p. 12). Ao som de um carro com alto-falante, se anunciava a vitória pela cidade. Mas a exemplo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

18

do que ocorreu ao longo do movimento, a polícia, sempre vigilante, apreendeu o veículo (VOZ OPERÁRIA n° 225, 1953, p. 5).

Entretanto, o final da greve significou apenas o início de um novo processo de luta. Nesse mesmo dia, ocorreram demissões em massa, sendo o caso do Hotel Califórnia o mais emblemático. Desde copeiros, garçons, arrumadeiras, porteiros e até o pessoal do escritório, que tinham de 3 a 4 anos de empresa, foram despedidos com apenas 8 dias de ordenado. A Cia. Brasileira de Novos Hotéis, uma das maiores redes hoteleira do Brasil, demitiu todos os empregados grevistas nos estabelecimentos onde forneciam mão de obra (DIÁRIO DE NOTÍCIAS n° 9455, 1953, p. 9).

Vários foram os estabelecimentos que seguiram o mesmo exemplo e demitiram seus funcionários grevistas. Outros permaneceram com seus empregados, mas sem os novos reajustes. Há relatos também de perseguições aos grevistas mais engajados que não conseguiram mais empregos no ramo hoteleiro, pois ficaram marcados como “agitadores” (TRIBUNA DA IMPRENSA n° 1124, 1953, p. 8). Ao longo dos anos de 1953 e 1954, ocorreram ameaças de novas greves, mas ao que consta, a luta continuou através da Justiça do Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisamos a greve dos trabalhadores hoteleiros e similares do Rio de Janeiro, em 1953, por meio do conceito de repertório para examinar formas usadas de organização, interação e ação disponíveis no contexto. Por meio da experiência de importantes greves como a dos 300 mil e a dos Marítimos, os trabalhadores do comércio carioca souberam se organizar e lutar por direitos.

Mesmo havendo diferenças entre esses movimentos, a greve dos trabalhadores hoteleiros revela experiências comuns. O conceito de repertório, desenvolvido por Charles Tilly, permite compreender que as formas de ações coletivas são delimitadas historicamente e que as mudanças estruturais influenciam nas escolhas táticas. Assim, as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

19

experiências de luta são compartilhadas e usadas por grupos diversos de pessoas no interno de interesses em comuns.

A análise detida dos repertórios de organização em momentos de greve demonstra formas específicas de lidar com os desafios do contexto. A luta dos empregados hoteleiros do Rio de Janeiro, se utilizou de piquetes, assembleias e formas de comissões fundamentais para irem além dos limites impostos pelo sindicalismo corporativista da Era Vargas. Aproveitando do contexto de disputa do movimento operário entre as forças trabalhistas e comunistas, esses trabalhadores lançaram mão dos repertórios compartilhados das maiores greves do período para unir as diversas categorias do comércio carioca.

Além disso, ao examinar a inédita greve dos trabalhadores hoteleiros e similares do Rio de Janeiro, é possível identificar uma vasta camada de empregados do comércio pouco estudado pela historiografia. Camareiras, faxineiras, porteiros, garçons, cozinheiros, telefonistas e outros, se engajaram em uma conflituosa luta por direitos. Dessa forma, contribuindo para ampliação do escopo analítico sobre a classe trabalhadora brasileira.

Por fim, os repertórios de ações coletivas disponíveis no contexto de luta dos trabalhadores hoteleiros e similares, auxiliaram na organização e condução da greve. Esse repertório foi fundamental para lidar com um momento de aproximação das forças trabalhistas e comunistas para ir além dos limites impostos pelo sindicalismo corporativista. Com isso, as várias categorias que compunham o sindicato hoteleiro puderam se unir em uma única causa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

JORNAIS COMERCIAIS E REVISTAS:

A NOITE, Rio de Janeiro, 1953.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

20

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 1953.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1953.

DIÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 1953.

FLAN, Rio de Janeiro, 1953.

MANCHETE, Rio de Janeiro, 1953.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 1953.

TRIBUNA DA IMPRENSA, Rio de Janeiro, 1953.

JORNAIS OPERÁRIOS:

VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 1953.

IMPRENSA POPULAR, Rio de Janeiro, 1953.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Maurício de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

BARSTED, Dennis Linhares. **Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais**. Zahar, 1982.

BOECHAT Ricardo. "**Copacabana Palace**." *São Paulo: DBA/Melhoramentos* (1998).

CENSO demográfico: 1950. Título Abreviado: CD Local: Rio de Janeiro Editor Produtor: IBGE

CLEMENS, Elisabeth. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 3, p. 161-218, 2010.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

21

D'ARAUJO, M. **O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política.** Front Cover. Maria Celina Soares d'. Araújo. Zahar Editores, 1982.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia.** Editora José Olympio, 2015.

FONTES, P.; MACEDO, F. Piquetes como repertório: organização operária e redes sociais nas greves de 1957 e 1980. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 18, n. 34, p. 23–47, 2017.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964).** Editora Unicamp, 2011.

MONTALVÃO, S. DE S.; FERRAZ, J. **Uma greve em dois tempos: o movimento nacional dos marítimos de 1953** noresearchgate.net. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/335137755>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** História da vida privada no Brasil, v. 4, p. 560, 1998.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940).** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.

TILLY, Charles. **Regimes and repertoires.** Chicago/London: The University of Chicago Press, 2006.